



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 6.781, DE 2006

(Da Sra. Maria Lúcia Cardoso)

Acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 9.478 de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional do Petróleo e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2671/1989.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º O art. 6º da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional do Petróleo e dá outras providências, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 6º

.....

Parágrafo único. Os agentes econômicos que atuam na fase anterior da cadeia de circulação de derivados de petróleo ficam proibidos de concorrer diretamente com os agentes econômicos exploradores das fases subsequentes da cadeia de comercialização e industrialização dos derivados de petróleo."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição da República, de 15 de outubro de 1988, elegeu a economia de livre mercado como o sistema econômico que, uma vez gerido pelas normas juridificantes do Direito, deve ser capaz de garantir a todos dignidade por meio das políticas econômicas constitucionalmente adotadas.

É nessa esteira de cogitações, sabendo-se que o Estado adota a postura de agente normativo e regulador da atividade econômica, exercendo as funções de fiscalização, incentivo e planejamento da economia (CR, art. 174), pelo princípio jurídico-econômico da economicidade (CR, art. 70), que deve o Estado intervir, através das Agências Reguladoras, nos mercados específicos e estratégicos ao desenvolvimento nacional, com vistas a implantação de uma sociedade livre, justa e solidária, que é o objetivo maior da República Federativa do Brasil (CR, art. 3).

Assim é que, constatada grave distorção no mercado de produtos derivados de petróleo, mormente no setor de combustíveis, lubrificantes e asfaltos, deve haver a intervenção legal que ora se propõe, a fim de que seja salvaguardado os princípios da livre concorrência e da busca do pleno emprego, preconizados pelo art. 170 da Constituição, princípios estes salutares a toda forma de mercado livre, onde se estabelecem as relações entre produtores, distribuidores, revendedores e consumidores.

Nesse passo, foi aprovado o marco regulatório do setor petrolífero, que ficou definido pela Lei n.º 9.478, de 15 de agosto de 1997 e cujos princípios norteadores descritos em seu art. 1º são a preservação do interesse nacional, a promoção do desenvolvimento mediante a ampliação do mercado de trabalho e a valorização dos recursos energéticos, a proteção dos interesses do consumidor, a proteção do meio ambiente e a conservação de energia, a garantia do fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional e a promoção da livre concorrência, dentre outros.

Referida Lei n.º 9.478/97, conhecida popularmente como Lei do Petróleo, estabeleceu em seu artigo 6º a nítida distinção e, por consequência a

delimitação das atividades dos agentes econômicos envolvidos na cadeia produtiva e comercial do petróleo e seus derivados, fazendo clara distinção entre as atividades da Indústria do Petróleo, da Distribuição e da Revenda.

Da leitura do art. 6º, XIX, da Lei do Petróleo, nota-se claramente que a Indústria do Petróleo significa o “conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, gás natural, e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados.”

Por outro lado, o inciso XX de referido dispositivo legal trata exclusivamente da Distribuição, que é definida como “atividade de comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes consumidores de combustíveis, lubrificantes, asfaltos e gás liquefeito envasado, exercida por empresas especializadas, na forma das leis e regulamentos aplicáveis.”

Finalmente, ainda o art. 6º, da Lei do Petróleo, em seu inciso XXI, define a Revenda, nos seguintes termos: “atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores, na forma das leis e regulamentos aplicáveis.”

Da leitura do texto legal percebe-se claramente que as atividades de indústria, distribuição e revenda estão bem definidas e não se confundem umas com as outras, de modo que a razão da lei é justamente impedir a chamada verticalização no mercado de derivados de petróleo.

Além da clareza dos textos, importante também é o registro do esclarecimento feito pelo eminente deputado Eliseu Resende, relator do projeto da Lei do Petróleo, que deu origem à lei, logo após a aprovação de seu relatório, em entrevista da época:

"O reconhecimento da Revenda na Lei que flexibilizou o setor petrolífero no Brasil foi uma vitória difícil, principalmente pelos interesses contrários de fortíssimos grupos, como as Distribuidoras, que lutaram até a última para tentar garantir sua participação também no varejo, o que, certamente, representaria o fim da Revenda Brasileira".

Disse mais o Deputado Federal Eliseu Resende, na mesma oportunidade:

"Ao definir no relatório o que é Revenda e o que é Distribuição, procurei fazer com que os Postos concorram apenas entre eles e que Distribuidoras concorram com Distribuidoras, evitando assim a verticalização do setor".

É fundamental fazer o resgate histórico da Emenda apresentada pelo então Deputado Sérgio Guerra, que resultou na redação final do Inciso XX, aquele que define o que é DISTRIBUIÇÃO.

Em sua justificativa, o deputado Sérgio Guerra afirma o seguinte: "A Emenda traz duas alterações em relação ao texto dado pelo ilustre relator ao inciso XX do Artigo 6º, ambas com o objetivo de tornar mais claro o conceito nele contido. Na primeira, proponho o fim da expressão "ao grosso" por "no atacado", não só por ser mais atual, bem como para fazer

contraste mais evidente com a conceituação de Revenda (inciso XXI), na qual o Relator explicita a característica de venda a varejo.

Pelas mesmas razões é de se entender que a Lei n.º 9.478/97 definiu implicitamente também que a indústria não poderá atuar em concorrência com a Distribuição, sob pena de causar a mesa subversão de mercado que haveria caso a Distribuição atuasse em concorrência com a Revenda. Em suma, os mercados relevantes e as atividades de cada qual das empresas foram definidas pela Lei do Petróleo, e sua lógica interna leva a crer que a melhor maneira de atuação dos agentes econômicos é a horizontal e não a vertical.

O modelo teórico de mercado adotado pela Lei do Petróleo implica a delimitação clara dos agentes da cadeia mercadológica do petróleo e seus derivados. Assim é que, a teoria que informa o marco regulatório brasileiro adotou a especialização dos agentes de mercado, com proibição implícita da venda de derivados de petróleo, em atacado, pelos agentes da chamada indústria do petróleo, cujas atribuições são legalmente definidas como sendo o a exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte e importação e exportação de petróleo e seus derivados.

Na mesma linha andou a Lei n.º 9.478/97 ao delimitar também a atividade do distribuidor, que não poderia, ainda que implicitamente, vender derivados de petróleo diretamente aos consumidores finais no sistema de varejo. Ao distribuidor a lei determinou a atividade de comercialização por atacado, ou a venda direta a grande consumidores de combustíveis, lubrificantes, asfaltos e gás liquefeito envasado.

Finalmente, na ponta da cadeia comercial dos derivados de petróleo, a Lei n.º 9.478/97 estabeleceu a atividade da revenda, considerado aquele agente econômico que faz a venda no varejo, ou seja, diretamente ao consumidor final através de postos de serviços ou revendedores.

Como facilmente se pode perceber, a Lei do Petróleo, marco regulatório legal do mercado de petróleo e de seus derivados em uma economia de livre mercado adotada pela Constituição do Brasil, adotou a teoria da especialização dos agentes econômicos que devem atuar nos diversos segmentos do mercado, definindo o âmbito de atuação de cada um deles.

Nesse passo é que se constata que as atividades de indústria, distribuição e revenda devem ser exercidas por agentes econômicos distintos, o que implica a vedação da lei, ainda que implícita, ao agente econômico do nível superior da cadeia de mercado atuar no nível subsequente, ou seja, a Lei brasileira adotou a teoria do mercado não verticalizado, ao contrário do que foi previsto na legislação argentina, por exemplo, na qual há possibilidade de verticalização.

A verticalização, por sua vez, define-se pelo modelo de mercado onde os agentes de qualquer fase da cadeia mercadológica estão livres para vender diretamente ao consumidor final os produtos por eles produzidos, permitindo a instalação de companhias verticalizadas que fazem desde a pesquisa, passando pela produção, refino, processamento e transporte até a venda ao consumidor final.

Esse modelo verticalizado, adotado nos Estados Unidos da América e Argentina, por exemplo, com a denominação de "Do poço ao posto" permite que grandes companhias dominem por completo todas as fases

da atividade econômica ligada ao ciclo de industrialização e comercialização de petróleo e seus derivados, o que certamente é possível em um mercado onde não há monopólio da produção e refino de petróleo. Nesse países existem várias companhias petrolíferas atuando em concorrência, executando simultaneamente todas as fases da industrialização e comercialização dos derivados de petróleo.

No Brasil a situação é outra, e bem diversa, eis que, apesar da quebra do monopólio legal da Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS consoante o disposto no art. 9 da Lei n.º 9.478/97 (que limitou o monopólio legal até o dia 31 de dezembro de 2001), referida empresa continua exercendo o que se denomina de monopólio natural. A PETROBRÁS mantém-se, por características próprias de uma fase de transição de um mercado estatizado para uma economia de livre mercado, como a única empresa a realizar no Brasil a exploração, produção e refino de petróleo e seus derivados, em posição dominante absoluta nesse mercado relevante nacional.

Destarte, a verticalização do mercado de derivados de petróleo, se pode ser uma boa opção para mercados onde existe efetiva concorrência na exploração, produção e refino, não pode sequer ser tolerada em um mercado monopolizado pela PETROBRÁS, sob pena de se permitir um altíssimo índice de concentração do mercado, capaz de destruir todas as empresas que atuam nos níveis da distribuição e da revenda de derivados de petróleo, o que certamente se revestirá em aumento dos preços ao consumidor.

Assim, o modelo adotado pela Lei do Petróleo, prevendo as tendências monopolísticas naturais da PETROBRÁS em um cenário marcado pela

transição de uma economia estatalizada para uma economia de livre mercado, adotou implicitamente regra contrária à verticalização, a fim de preservar a livre concorrência entre agentes econômicos que atuam no mesmo mercado relevante. O que importa para a teoria da Lei do Petróleo é que não haja concorrência direta da indústria do petróleo com os distribuidores, e destes com os revendedores, posto que tratam-se de agentes econômicos com dimensões diferentes e atuante em níveis distintos da cadeia comercial dos derivados de petróleo.

Uma concorrência direta da PETROBRÁS (hoje atuando em regime de monopólio natural) nos mercados relevantes da distribuição (atacado e grandes consumidores) e nos mercados da revenda (venda direta aos consumidores finais, em postos de serviços) certamente implicará a destruição de todos os agentes econômicos que fazem as etapas de distribuição e revenda, eliminando completamente a concorrência nesses setores.

Se nos países que adotam a verticalização há concorrência nos postos de combustíveis e nas vendas de asfaltos e lubrificantes, isso se dá porque há inúmeros agentes atuando na exploração, produção e refino, o que não ocorre no mercado brasileiro. Assim, a liberação da verticalização no Brasil certamente trará resultados catastróficos para a economia popular e para a livre concorrência, eis que os pequenos agentes de mercado serão aniquilados pelo poder de mercado do agente monopolístico (PETROBRÁS), reduzindo assim a concorrência em face do consumidor final, seja ele de pequeno, médio ou grande porte.

Nesse sentido, explicitando a teoria da não verticalização adotada implicitamente pela Lei do Petróleo, a ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, editou a Portaria n.º 116, de 5 de julho de

2000, cujo objetivo é a regulamentação do exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo. Referida portaria, em seu art. 12, proíbe formalmente os distribuidores de combustíveis líquidos derivados de petróleo de exercerem a atividade de revenda. Note-se o teor do dispositivo:

“Art. 12. É vedado ao distribuidor de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP, e outros combustíveis automotivos o exercício da atividade de revenda varejista.”

Da leitura do art. 12 da Portaria n.º 116/2000, da ANP, percebe-se claramente que a Agência, constatando a concentração vertical de agentes econômicos (mais especificamente a PETROBRÁS e outras refinarias existente no país) que passaram a vender diretamente os derivados de petróleo ao consumidor final, resolveu regulamentar o mercado, de acordo com o marco regulatório da Lei n.º 9.478/97, que já previa implicitamente a proibição de concorrência entre industrializadores, distribuidores e revendedores nos seus mercados relevantes específicos. Logo, o que se depreende da estrutura normativa que regulamenta o mercado de livre concorrência do petróleo e de seus derivados no país é que não é dado ao agente que atua no nível superior da cadeia produtiva ou comercial atuar diretamente no próximo mercado relevante.

Assim, é certo que há pelo menos três mercados relevantes no mercado geral do petróleo e seus derivados, quais sejam, 1) o mercado da exploração, industrialização e refino (chamado pela Lei n.º 9.478/97 de “Indústria do Petróleo”), 2) o mercado de distribuição (atacado e grandes

consumidores) dos derivados de petróleo produzidos no primeiro nível; e, 3) o mercado de revenda (ou varejo) me que se dá a relação com o pequeno consumidor final.

Ora, a Lei do Petróleo, ao delimitar esses mercados e as atividades a serem exercidas pelos agentes econômicos especificamente em cada um deles, vedou logicamente a verticalização, o que é inclusive corroborado pela edição da Portaria n.º 11/2000 da ANP.

Todavia, referida Portaria se restringiu a proibir a venda direta de combustíveis pelos distribuidores, deixando de dar a geral e necessária regulamentação da Lei do Petróleo para definir a proibição da verticalização em todo o setor, ou seja, não só em relação à venda de combustíveis, mas também no que se refere a venda de lubrificantes, asfaltos e outros derivados de petróleo que sejam vendidos em mercados relevantes específicos, conforme a teoria adotada pela Lei n.º 9.478/97.

Destarte, a fim de que seja explicitada a vontade da lei em nível legislativo, e visando a preservação dos mercados relevantes específicos de indústria, distribuição e varejo, há que ser reformada a Lei do Petróleo, para que lhe seja inserido dispositivo aclarador que determine expressamente a vedação da participação dos agentes econômicos de um nível mais alto da cadeia produtiva e comercial dos derivados de petróleo nos mercados relevantes mais baixos, ou seja, para que se proíba expressamente a venda direta da indústria nos mercados da distribuição e da revenda, e a venda direta da distribuição no mercado relevante da revenda.

Esse é o objetivo da proposta de lei que ora se encaminha à V. Exas., a fim de que seja incluído um parágrafo único no art. 6º, da Lei nº 9.478/97 explicitando, em harmonia com a teoria informadora da Lei, a vedação da

verticalização nos mercados de distribuição e revenda de derivados de petróleo no país, afim de que sejam preservados mais de 400.000 (quatrocentos mil) empregos diretos gerados pelos setores de distribuição e revenda, bem como a arrecadação tributária do setor e ainda, a preservação do interesse final do consumidor pela efetiva concorrência em cada um dos mercados relevantes específicos, tudo com vistas ao atendimento dos princípios norteadores da Ordem Econômica Constitucional, para que o Brasil possa efetivamente se constituir em uma sociedade justa, livre e solidária pela implementação plena dos direitos fundamentais já previamente acertados na constitucionalidade democrática.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2006

Deputada MARIA LÚCIA CARDOSO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

.....

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção IX Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

** Parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu

recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

TÍTULO VII
DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

** Inciso IV com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

** Inciso IX com redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 15/08/1995.*

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 171. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 15/08/1995.)

.....

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

§ 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

§ 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

.....
.....

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

Art. 1º As políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visarão aos seguintes objetivos:

I - preservar o interesse nacional;

II - promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos;

III - proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

IV - proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia;

V - garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, nos termos do § 2º do art. 177 da Constituição Federal;

VI - incrementar, em bases econômicas, a utilização do gás natural;

VII - identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País;

VIII - utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;

IX - promover a livre concorrência;

X - atrair investimentos na produção de energia;

XI - ampliar a competitividade do País no mercado internacional.

XII - incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional.

** Inciso XII acrescido pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

CAPÍTULO II

DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA

Art. 2º Fica criado o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, com a atribuição de propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a:

I - promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, em conformidade com os princípios enumerados no capítulo anterior e com o disposto na legislação aplicável;

II - assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País, submetendo as medidas específicas ao Congresso Nacional, quando implicarem criação de subsídios;

III - rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis;

IV - estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do carvão, da energia termonuclear, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas;

** Inciso IV com redação dada pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

V - estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender as necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.

VI - sugerir a adoção de medidas necessárias para garantir o atendimento à demanda nacional de energia elétrica, considerando o planejamento de longo, médio e curto prazos, podendo indicar empreendimentos que devam ter prioridade de licitação e implantação, tendo em vista seu caráter estratégico e de interesse público, de forma que tais projetos venham assegurar a otimização do binômio modicidade tarifária e confiabilidade do Sistema Elétrico.

** Inciso VI com redação dada pela Lei nº 10.848, de 15/03/2004.*

§ 1º Para o exercício de suas atribuições, o CNPE contará com o apoio técnico dos órgãos reguladores do setor energético.

§ 2º O CNPE será regulamentado por decreto do Presidente da República, que determinará sua composição e a forma de seu funcionamento.

CAPÍTULO III

DA TITULARIDADE DO MONOPÓLIO DO PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL

Seção II

Das Definições Técnicas

Art. 6º Para os fins desta Lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as

seguintes definições:

I - Petróleo: todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e condensado;

II - Gás Natural ou Gás: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros;

III - Derivados de Petróleo: produtos decorrentes da transformação do petróleo;

IV - Derivados Básicos: principais derivados de petróleo, referidos no art. 177 da Constituição Federal, a serem classificados pela Agência Nacional do Petróleo;

V - Refino ou Refinação: conjunto de processos destinados a transformar o petróleo em derivados de petróleo;

VI - Tratamento ou Processamento de Gás Natural: conjunto de operações destinadas a permitir o seu transporte, distribuição e utilização;

VII - Transporte: movimentação de petróleo e seus derivados ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse geral;

VIII - Transferência: movimentação de petróleo, derivados ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse específico e exclusivo do proprietário ou explorador das facilidades;

IX - Bacia Sedimentar: depressão da crosta terrestre onde se acumulam rochas sedimentares que podem ser portadoras de petróleo ou gás, associados ou não;

X - Reservatório ou Depósito: configuração geológica dotada de propriedades específicas, armazenadora de petróleo ou gás, associados ou não;

XI - Jazida: reservatório ou depósito já identificado e possível de ser posto em produção;

XII - Prospecto: feição geológica mapeada como resultado de estudos geofísicos e de interpretação geológica, que justificam a perfuração de poços exploratórios para a localização de petróleo ou gás natural;

XIII - Bloco: parte de uma bacia sedimentar, formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices, onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural;

XIV - Campo de Petróleo ou de Gás Natural: área produtora de petróleo ou gás natural, a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção;

XV - Pesquisa ou Exploração: conjunto de operações ou atividades destinadas a avaliar áreas, objetivando a descoberta e a identificação de jazidas de petróleo ou gás natural;

XVI - Lavra ou Produção: conjunto de operações coordenadas de extração de petróleo ou gás natural de uma jazida e de preparo para sua movimentação;

XVII - Desenvolvimento: conjunto de operações e investimentos destinados a viabilizar as atividades de produção de um campo de petróleo ou gás;

XVIII - Descoberta Comercial: descoberta de petróleo ou gás natural em condições que, a preços de mercado, tornem possível o retorno dos investimentos no desenvolvimento e na produção;

XIX - Indústria do Petróleo: conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados;

XX - Distribuição: atividade de comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes consumidores de combustíveis, lubrificantes, asfaltos e gás liquefeito envasado, exercida por empresas especializadas, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;

XXI - Revenda: atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;

XXII - Distribuição de Gás Canalizado: serviços locais de comercialização de gás canalizado, junto aos usuários finais, explorados com exclusividade pelos Estados, diretamente ou mediante concessão, nos termos do § 2º do art. 25 da Constituição Federal;

XXIII - Estocagem de Gás Natural: armazenamento de gás natural em reservatórios próprios, formações naturais ou artificiais.

XXIV - Biocombustível: combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil;

** Inciso XXIV com redação dada pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

XXV - Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil.

** Inciso XXV acrescido pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

CAPÍTULO IV

DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

** Capítulo IV com denominação da pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

Seção I

Da Instituição e das Atribuições

Art. 7º Fica instituída a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, entidade integrante da Administração Federal Indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

** Artigo, caput, com redação dada pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

Parágrafo único. A ANP terá sede e foro no Distrito Federal e escritórios centrais na cidade do Rio de Janeiro, podendo instalar unidades administrativas regionais.

Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe:

** Artigo, caput, com redação dada pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I

desta Lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

** Inciso I com redação dada pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

II - promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão das atividades de exploração, desenvolvimento e produção;

III - regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera, visando ao levantamento de dados técnicos, destinados à comercialização, em bases não-exclusivas.

IV - elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;

V - autorizar a prática das atividades de refinação, processamento, transporte, importação e exportação, na forma estabelecida nesta Lei e sua regulamentação;

VI - estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores, nos casos e da forma previstos nesta Lei;

VII - fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;

** Inciso VII com redação dada pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

VIII - instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;

IX - fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;

** Inciso IX com redação dada pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

X - estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento;

XI - organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;

** Inciso XI com redação dada pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

XII - consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação;

XIII - fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991;

XIV - articular-se com os outros órgãos reguladores do setor energético sobre matérias de interesse comum, inclusive para efeito de apoio técnico ao CNPE;

XV - regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

XVI - regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, importação, exportação, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biodiesel,

fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

** Inciso XVI com redação dada pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

XVII - exigir dos agentes regulados o envio de informações relativas às operações de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de produtos sujeitos à sua regulação;

** Inciso XVII acrescido pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

XVIII - especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis.

** Inciso XVIII acrescido pela Lei nº 11.097, de 13/01/2005.*

Art. 9º Além das atribuições que lhe são conferidas no artigo anterior, caberá à ANP exercer, a partir de sua implantação, as atribuições do Departamento Nacional de Combustíveis - DNC, relacionadas com as atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool, observado o disposto no art. 78.

Art. 10. Quando, no exercício de suas atribuições, a ANP tomar conhecimento de fato que possa configurar indício de infração da ordem econômica, deverá comunicá-lo imediatamente ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, para que estes adotem as providências cabíveis, no âmbito da legislação pertinente.

** Artigo, caput, com redação dada pela Lei nº 10.202, de 20/02/2001.*

Parágrafo único. Independentemente da comunicação prevista no caput deste artigo, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade notificará a ANP do teor da decisão que aplicar sanção por infração da ordem econômica cometida por empresas ou pessoas físicas no exercício de atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a publicação do respectivo acórdão, para que esta adote as providências legais de sua alçada.

** § único acrescido pela Lei nº 10.202, de 20/02/2001.*

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA ANP Nº 116, DE 5 de julho de 2000

Regulamenta o exercício da atividade de
revenda varejista de combustível automotivo.

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, no uso de suas atribuições, considerando as disposições da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria nº 392, de 5 de julho de 2000, torna público o seguinte ato:

.....

Do Exercício da Atividade de Revenda Varejista por Distribuidor

Art. 12. É vedado ao distribuidor de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP, e outros combustíveis automotivos o exercício da atividade de revenda varejista.

** Art. 12, caput, com redação dada pela Resolução ANP nº 29, de 24.11.2004.*

§ 1º. O caput do artigo não se aplica quando o posto revendedor se destinar ao treinamento de pessoal, com vistas à melhoria da qualidade do atendimento aos consumidores.

§ 2º. O posto revendedor de que trata o parágrafo anterior deverá atender as disposições desta Portaria e ter autorização específica da ANP, como posto revendedor escola.

Do Recadastramento

Art. 13. Fica concedido ao revendedor varejista, em operação na data de publicação desta Portaria, o prazo de 60 (sessenta) dias para proceder ao seu recadastramento perante a ANP, mediante o atendimento ao disposto nos incisos de II a VI do art. 4º desta Portaria.

Parágrafo único. A protocolização dos documentos previstos nos incisos referidos no caput deste artigo somente será efetuada caso a apresentação dos mesmos se faça de forma concomitante.

.....

.....

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA ANP Nº 11, DE 25 de janeiro de 2000

(Revogada pela Portaria ANP nº 45, de 15.3.2000.)

Estabelece os preços de referência do gás natural produzido nos campos objeto de concessão pela ANP, a serem adotados a partir de 1º fevereiro de 2000, para fins de cálculo das participações governamentais.

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, no uso das suas atribuições legais, com base na Resolução de Diretoria nº 041, de 25 de janeiro de 2000, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Ficam estabelecidos, através desta Portaria, os preços de referência do gás natural produzido nos campos objeto de concessão pela ANP, a serem adotados a partir de 1º fevereiro de 2000, para fins de cálculo das participações de que trata a Seção VI, Capítulo V, da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 8º do Decreto nº 2.705, de 03 de agosto de 1998.

Art. 2º. Na inexistência de contratos de venda do gás natural produzido na área de concessão ou quando o preço de venda ou a tarifa de transporte do gás natural informada pelo concessionário em obediência ao § 1º do art. 8º do Decreto nº 2.705, de 03 de agosto de 1998, não refletir as condições normais do mercado nacional, o preço de referência do gás natural será R\$ 135,00/103m³ (cento e trinta e cinco reais por mil metros cúbicos).

.....

.....

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA ANP Nº 45, DE 15 de março de 2000

Estabelece os preços de referência do gás natural produzido nos campos objeto de concessão pela ANP, a serem adotados a partir de 1º de abril de 2000, para fins de cálculo das participações governamentais.

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, no uso das suas atribuições legais, com base na Resolução de Diretoria nº 126, de 14 de março de 2000, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Ficam estabelecidos, através desta Portaria, os preços de referência do gás natural produzido nos campos objeto de concessão pela ANP, a serem adotados a partir de 1º de abril de 2000, para fins de cálculo das participações de que trata a Seção VI, Capítulo V, da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 8º do Decreto nº 2.705, de 03 de agosto de 1998.

Art. 2º. Na inexistência de contratos de venda do gás natural produzido na área de concessão ou quando o preço de venda ou a tarifa de transporte do gás natural informada pelo concessionário em obediência ao § 1º do art. 8º do Decreto nº 2.705, de 03 de agosto de 1998, não refletir as condições normais do mercado nacional, o preço de referência do gás natural será o preço referencial do gás natural na entrada do gasoduto de transporte (PGT) definido na Portaria Interministerial nº 3, de 17 de fevereiro de 2000, dos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda.

.....

Art. 6º. Revogam-se a Portaria ANP nº 11, de 25 de janeiro de 2000, e demais disposições em contrário.

DAVID ZYLBERSZTAJN

FIM DO DOCUMENTO
